



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010890-39.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **Antonio Carlos Antonio Julião**
Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor se volta contra sua inserção perante órgãos de proteção ao crédito implementada pela ré sem que houvesse razão para tanto, tendo em vista que não possui relação jurídica com a mesma.

Ao contrário do sustentado na petição inicial, o liame entre as partes existiu.

Na esteira do despacho de fl. 140 foi expedido mandado para colher-se manifestação diretamente junto ao autor, sobrevindo então a certidão de fl. 144.

Nela, o Oficial de Justiça encarregado da diligência esclareceu que o autor informou não ter quitado algumas faturas por não ter recebido os boletos correspondentes, o que deu causa à sua negativação por parte da ré.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Significa dizer que o próprio autor admitiu ter celebrado contrato de prestação de serviços de telefonia com a ré (ideia diversa seria incompatível com o teor da certidão de fl. 144) e que somente não satisfaz obrigação de pagamento a seu cargo por não ter recebido os boletos necessários.

Independentemente de quaisquer outras considerações sobre os fatos trazidos à colação, esse cenário basta para a pronta rejeição da pretensão deduzida na medida em que os fatos em que se alicerçou estão em dissonância da realidade.

A ré bem por isso, caracterizada a inadimplência do autor, tinha amparo para proceder às negativas impugnadas, razão pela qual não se vislumbra amparo à declaração de inexigibilidade do débito e muito menos ao ressarcimento de danos morais.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Torno sem efeito a decisão de fls. 31/32, item

1.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 09 de novembro de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA